

## CARTA DE RESPONSABILIDADE

São Miguel do Oeste/SC, 10 de Fevereiro de 2017.

À

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S

Rua Benjamin Constant nº155 - D Chapecó - SC

Assunto: Carta de Responsabilidade da administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, referente às Demonstrações Financeiras do exercício de em 31 de Dezembro de 2017.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das Demonstrações Contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL, relativas ao exercício findo em 31/12/2017, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as Demonstrações Contábeis retromencionadas e a seguir identificadas, refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31/12/2017, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31/12/2017. Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos:

TOTAIS	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo	38.928.129	31.252.528
Passivo	33.382.593	27.581.463
Patrimônio Líquido	5.545.536	3.671.065
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	38.928.129	31.252.528
<b>Sobras ou Perdas do Exercício</b>	<b>102.292</b>	<b>50.153</b>

\* valores em Reais

Essas contas estão de acordo com os livros da empresa e as Demonstrações Financeiras transcritas no livro diário e também concordarão com quaisquer publicações ou divulgações para outros fins.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como administradores da empresa, confirmamos as seguintes informações:

01 – A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações que tem a cooperativa.

02 – Confirmamos que todas as transações efetuadas no período pela Cooperativa foram devidamente registradas na contabilidade de acordo com a legislação vigente.

03 – A cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras.

04 – Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.

05 – Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas Demonstrações Financeiras o saldo das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante a devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.

06 – Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.

07 – Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou empregados que possam ter efeito significativo sobre as Demonstrações Financeiras.

08 – As estimativas foram contabilizadas com base em dados consistentes confirmados por nosso assessor jurídico.

09 – Não é de nosso conhecimento qualquer evento subsequente à data do encerramento do semestre até a presente data, que possa afetar de forma relevante a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do período.

10 – Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da cooperativa.

11 – Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer, impedindo a continuidade normal dos negócios da cooperativa.

12 - As transações com partes relacionadas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI/SÃO MIGUEL

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2017**  
**COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL**  
 CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

ATIVO		PASSIVO			
DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2017	31/12/2016	DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>25.788.235</b>	<b>23.141.970</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>28.593.614</b>	<b>22.197.295</b>
DISPONIBILIDADES (NOTA 16)	5.538.094	4.172.746	DEPÓSITOS	26.274.132	21.557.131
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRA DE LIQUIDEZ	-	4.000.000	Depósitos à Vista	1.444.253	1.125.548
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	563.125	557.741	Depósitos a Prazo	24.829.878	20.431.582
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	41.401	46.534	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	412.043	412.021
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	41.401	46.534	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	9
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	16.361.193	11.226.316	Repasses Interfinanceiros (NOTA 08)	412.043	412.012
Operações de Crédito	17.101.471	11.573.521	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	1.576.134	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(740.278)	(347.205)	Emprestimo Oikocredit	1.576.134	-
OUTROS CRÉDITOS	388.587	723.018	OUTRAS OBRIGAÇÕES	331.306	228.143
Rendas a Receber	-	68.468	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	62.161	1.306
Diversos (NOTA 05)	426.953	662.849	Sociais e Estatutárias	71.798	25.085
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)	(38.367)	(8.300)	Fiscais e Previdenciárias	63.090	94.838
OUTROS VALORES E BENS	2.895.836	2.415.616	Diversas (NOTA 10)	134.257	106.914
Outros Valores e Bens (NOTA 06)	2.895.836	2.415.616			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>13.139.894</b>	<b>8.110.559</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>10.334.515</b>	<b>9.055.233</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>12.004.656</b>	<b>7.360.505</b>	<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>4.788.978</b>	<b>5.384.168</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 04)	11.518.488	6.874.337	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.425.780	2.044.257
Operações de Crédito	12.012.006	7.147.327	Repasses Interfinanceiros (NOTA 08)	1.425.780	2.044.257
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(493.518)	(272.989)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	3.363.198	3.339.911
OUTROS CRÉDITOS	486.168	486.168	Obrigações por empréstimos no País (NOTA 09)	3.363.198	3.339.911
Diversos (NOTA 05)	486.168	486.168			
<b>PERMANENTE</b>	<b>1.135.238</b>	<b>750.052</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.545.536</b>	<b>3.671.065</b>
INVESTIMENTOS (NOTA 07a)	900	900	CAPITAL SOCIAL (NOTA 12)	5.808.209	4.130.864
Outros Investimentos	900	900	De Domiciliados no País	5.808.209	4.130.864
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 07b)	895.081	749.152	(Capital a Realizar)	-	-
Outras Imobilizações de Uso	1.418.872	1.141.295	RESERVAS DE CAPITAL	-	-
(Depreciações Acumuladas)	(523.790)	(392.143)	RESERVAS DE LUCROS	446.056	301.068
INTANGÍVEL	239.256	-	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	(708.729)	(760.867)
Softwares	287.660	-			
(Amortizações Acumuladas)	(48.404)	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>38.928.129</b>	<b>31.252.528</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>38.928.129</b>	<b>31.252.528</b>

0

\* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

-

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS**

**COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL**

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	31/12/2017	31/12/2016
	TOTAL	TOTAL
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>7.813.238</b>	<b>5.709.575</b>
Operações de Crédito	7.240.528	5.421.123
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	572.710	288.452
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(3.954.292)</b>	<b>(2.822.466)</b>
Operações de Captação no Mercado	(2.806.903)	(2.430.113)
Operações de Empréstimos e Repasses	(554.027)	(78.837)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(593.362)	(313.516)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>3.858.946</b>	<b>2.887.108</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(3.481.948)</b>	<b>(2.745.713)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	327.792	52.252
Rendas de Tarifas Bancárias	90.266	90.341
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.424.331)	(1.117.864)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(2.069.809)	(1.676.345)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(308.649)	(10.575)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	572.987	388.888
Despesas de Depreciação e amortização	(180.052)	(112.226)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(490.152)	(360.184)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>376.997</b>	<b>141.395</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(121.268)</b>	<b>(7.048)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE LUCRO</b>	<b>255.729</b>	<b>134.347</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-</b>	<b>(8.964)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(4.111)
Provisão para Contribuição Social	-	(4.853)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES LEGAIS</b>	<b>255.729</b>	<b>125.383</b>
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO</b>	<b>153.437</b>	<b>75.230</b>
Fundo de Reserva - 40%	102.292	50.153
FATES - 20%	51.146	25.077
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO</b>	<b>102.292</b>	<b>50.153</b>

\* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**  
**COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL**  
**CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64**

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Sobras Perdas líquidas antes do IR e CSLL</b>	<b>255.729</b>	<b>125.383</b>
Contas resultado Credora	9.320.430	6.433.194
Contas resultado Devedoras	(9.064.701)	(6.298.847)
Apuracao Resultado (IR CSLL)	-	(8.964)
<b>Ajustes as sobras/perdas líquidas</b>	<b>175.619</b>	<b>87.149</b>
<b>Despesas de depreciação e amortização</b>	<b>180.052</b>	<b>112.226</b>
Despesas de Depreciação	180.052	112.226
<b>Outros Ajustes</b>	<b>(4.433)</b>	<b>(25.077)</b>
Destinações dos resultados FATES	(4.433)	(25.077)
<b>Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)</b>	<b>(170.651)</b>	<b>1.712.949</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>(9.779.028)</b>	<b>(3.378.802)</b>
Operações de Crédito	(9.779.028)	(3.378.802)
<b>Outros Créditos</b>	<b>334.431</b>	<b>(555.963)</b>
Outros Creditos	334.431	(555.963)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>(480.220)</b>	<b>(649.218)</b>
Outros Valores e Bens	(480.220)	(649.218)
<b>Depósitos</b>	<b>4.717.001</b>	<b>6.792.289</b>
Depósitos	4.717.001	6.792.289
<b>Relações Interfinanceiras/Interdependenciais</b>	<b>3.381.294</b>	<b>(3.897.299)</b>
Relações Interfinanceiras	3.381.294	(3.897.299)
<b>Obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>1.599.422</b>	<b>3.339.911</b>
Empréstimos no país outras instituições	1.599.422	3.339.911
<b>Outras obrigações</b>	<b>56.450</b>	<b>62.032</b>
Outras obrigações	56.450	62.032
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>260.698</b>	<b>1.925.481</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de investimentos	-	-
Aquisições de imobilizado de uso	(565.237)	(447.419)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(565.237)</b>	<b>(447.419)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Variações patrimoniais</b>		
<b>Aumento/(redução) de capital</b>	<b>1.677.345</b>	<b>591.723</b>
Aumento/(redução) de capital	1.677.345	591.723
<b>Reservas de lucro</b>	<b>42.696</b>	<b>7.457</b>
Reservas de lucro	42.696	7.457
<b>Sobras ou perdas acumuladas</b>	<b>(50.153)</b>	<b>(43.160)</b>
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	(50.153)	(43.160)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.669.888</b>	<b>556.020</b>
<b>MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA</b>	<b>1.365.348</b>	<b>2.034.082</b>
<b>Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa</b>	<b>1.365.348</b>	<b>2.034.082</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.172.746	2.138.664
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.538.094	4.172.746

\* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI/SÃO MIGUEL**

CNPJ/MF nº 08.253.539/0001-64

DESCRIÇÃO	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Lucros	Reserva Contingências	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
<b>Saldo Exercício Anterior</b>	<b>4.130.864</b>	-	<b>301.068</b>	-	<b>(760.867)</b>	<b>3.671.065</b>
Mutações Exercício Atual	1.677.345	-	144.987	-	52.138	1.831.775
1. Destinação Sobras Anteriores ou Perdas Rateadas	-	-	-	-	(50.153)	(50.153)
2. Integralização de Capital	4.437.706	-	-	-	-	4.437.706
3. Baixas de Capital	(2.760.360)	-	-	-	-	(2.760.360)
4. Baixas Reservas	-	-	-	-	-	-
<b>4. Sobras ou perdas do exercício</b>					<b>255.729</b>	<b>255.729</b>
<b>5. Destinações para reservas</b>			<b>144.987</b>		<b>(102.292)</b>	-
<b>6. Destinações Fates</b>					<b>(51.146)</b>	<b>(51.146)</b>
<b>Saldo Exercício Atual</b>	<b>5.808.209</b>	-	<b>446.056</b>	-	<b>(708.729)</b>	<b>5.545.536</b>
<b>Mutações</b>	<b>1.677.345</b>	-	<b>144.987</b>	-	<b>52.138</b>	<b>1.874.471</b>
<b>Variações %</b>	<b>41%</b>	<b>0%</b>	<b>48%</b>	<b>0%</b>	<b>-7%</b>	<b>51%</b>

\* valores em Reais

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural de São Miguel do Oeste - SULCREDI SÃO MIGUEL, é uma cooperativa de crédito rural. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as suas atividades em 24/08/2006 e tem por objetivos principais:

I - proporcionar, através de empréstimos, financiamentos, consignações, e em outras modalidades possíveis e convenientes específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, e ainda fomentar a produção e a produtividade rural, bem como a sua circulação e industrialização;

II - a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e o associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito;

III - conceder financiamento habitacional a seus cooperados por meio da participação em programas que tenham esse objetivo.

### NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

### NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### b) Operações ativas e passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos.

#### c) Operações de crédito e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN 2.682/1999 e 2.697/2000.

#### d) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado está registrado ao custo histórico.

Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado e amortização do intangível, foram calculados pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 7, item “b”, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

A administração pretende em 2018 revisar as taxas de depreciação conforme requer a NBC TG 27 de forma a reconhecer o montante com base na vida útil estimada. Considerando avaliação histórica dos dados, natureza dos bens e a atividade econômica da sociedade, estima-se como sendo pouco representativo o reflexo no resultado do período.

#### e) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Considerando a natureza da sociedade, tipo de atividade, circunstâncias econômicas, aspectos tecnológicos e outras evidências típicas da atividade, o Conselho de Administração não submeteu suas unidades geradoras de caixa ao teste de recuperabilidade previsto na NBC TG 01. O Conselho de Administração tem conhecimento que os respectivos ativos possuem valor líquido de venda maior em relação ao seu uso. (Valor recuperável).

#### f) Passivos contingentes

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações tributárias, cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

#### g) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base “pro rata” dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### NOTA 04 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

#### a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2017			31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	16.573.705	10.626.615	27.200.320	16.203.484
Financiamentos	68.197	40.718	108.915	82.258
Financiamentos rurais e agro-industriais	459.570	1.344.673	1.804.242	2.435.106
<b>Carteira total</b>	<b>17.101.471</b>	<b>12.012.006</b>	<b>29.113.477</b>	<b>18.720.848</b>

\* valores em Reais

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Nível A	13.452.232	8.833.009	71.668	44.682
Nível B	6.183.083	4.137.889	63.956	41.871
Nível C	6.884.374	4.770.687	209.087	143.465
Nível D	1.488.782	393.567	150.314	39.357
Nível E	425.661	291.543	127.698	87.463
Nível F	111.808	10.278	55.905	5.139
Nível G	6.158	81.016	4.310	56.711
Nível H	561.379	202.858	561.379	201.505
<b>Total (j)</b>	<b>29.113.477</b>	<b>18.720.848</b>	<b>1.244.317</b>	<b>620.194</b>

(i) Além destas provisões, também consta saldo referente provisão sobre as Coobrigações registradas no compensado 3.0.1.00.00-4 R\$ 1.193.141,43, informado no Balanço Patrimonial como Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa conta 4.9.9.35.01-9 R\$ 10.520,70

c) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	1.065.200	1.007.188
Lançadas contra prejuízo	1.119.019	753.380
Recuperadas de prejuízo	(1.132.066)	(695.367)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.052.154</b>	<b>1.065.200</b>

\* valores em Reais

NOTA 05 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2017			31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Spread sobre serviços prestados	-	-	-	40.067
Transfência OnLine	-	-	-	28.402
Adiantamento de Férias	4.093	-	4.093	3.957
Adiantamento de Viagens	-	-	-	1.000
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	152.535
Adiantamento Programa Habitacional	-	-	-	871
Adiantamento para aquisição Imobilizado	-	-	-	256.660
IOF a recuperar	19.139	-	19.139	-
Devedores por compra de bens	286.060	-	286.060	231.180
Imposto de Renda a recuperar	71.724	-	71.724	14.876
Sem caract. De concessão de credito	45.938	-	45.938	-
Devedores Investimento BRDE	-	-	-	1.769
Devedores diversos - País*	-	486.168	486.168	486.168
(-) Prov. Outros Créditos em liquidação	(38.367)	-	(38.367)	-
<b>Total</b>	<b>388.587</b>	<b>486.168</b>	<b>874.755</b>	<b>1.217.486</b>

\* valores em Reais

\*Saldo a receber referente a Desfiliação da CRESOL Central Base em 31/12/2011 R\$ 471.806,89 e saldo desfiliação Base Nacional Sulcredi em 31/12/2015 R\$ 14.361,41

NOTA 06 – OUTROS VALORES E BENS

Outros valores e bens	31/12/2017			31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Imóveis	2.536.599	-	2.536.599	2.068.495
Veículos e Afins	94.141	-	94.141	79.541
Máquinas e equipamentos	29.500	-	29.500	29.500
Outros	224.080	-	224.080	224.080
Material em estoques-Almoxarifado	11.516	-	11.516	-
<b>Total</b>	<b>2.895.836</b>	<b>-</b>	<b>2.895.836</b>	<b>2.401.616</b>

\* valores em Reais

NOTA 07 – PERMANENTE

a) Investimentos

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2017	31/12/2016
Participação de cooperativas	900	900
<b>Total Investimentos</b>	<b>900</b>	<b>900</b>

\* valores em Reais

b) Imobilizado de uso

Imobilizado de Uso	31/12/2017			31/12/2016	Taxas anuais de depreciação %
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imoveis de Uso	323.777	(24.340)	299.437	295.660	4%
Móveis e equipamentos de uso	426.467	(143.020)	283.447	335.034	10%
Sistema de comunicação	13.200	(8.332)	4.868	13.200	10%
Sistema de processamento de dados	241.121	(105.922)	135.199	160.845	20%
Sistema de segurança	71.796	(57.231)	14.565	67.345	10%
Sistema de transporte	342.511	(184.946)	157.565	269.211	20%
Intangível	287.660	(48.404)	239.256	-	20%
<b>Total</b>	<b>1.706.532</b>	<b>(572.195)</b>	<b>1.134.338</b>	<b>1.141.295</b>	<b>-</b>

\* valores em Reais

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

**NOTA 08 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir por faixa de vencimento:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2017			31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Recursos Intercoop. Cresolcap venc.16/06/2022	6.748	23.348	30.096	154.271
Recursos Intercoop. Investimento BNDES venc. 16/06/2022	405.295	1.402.432	1.807.727	2.301.998
<b>Total</b>	<b>412.043</b>	<b>1.425.780</b>	<b>1.837.823</b>	<b>2.456.269</b>

\* valores em Reais

**NOTA 09 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2017			31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Fornecedores	-	-	-	51.100
Obrigações por convênios oficiais	43.752	-	43.752	-
Provisão para pagamentos a efetuar	61.638	-	61.638	54.461
Provisão para Coobrigações	10.521	-	10.521	1.353
Transitoria de baixas	18.347	-	18.347	-
<b>Total</b>	<b>134.257</b>	<b>-</b>	<b>134.257</b>	<b>55.814</b>

\* valores em Reais

**NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes.

O capital social e número de associados estão assim compostos:

Capital Social	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	5.808.209	4.130.864

\* valores em Reais

Quadro social	31/12/2017	31/12/2016
Total de associados	4.338	3.847

**NOTA 11 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

Transações com partes relacionadas	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos a vista	(139.336)	6.757
Pessoas físicas	(139.336)	6.757
Depósitos a prazo	9.419	12.852
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	9.419	12.852
Operações de crédito	1.206.299	735.307
Cota Capital	210.055	104.108
Remuneração de empregados e administradores	1.285.863	1.050.051
Remuneração pessoas chave da administração	391.844	322.168

\* valores em Reais

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (a vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelos empregados e administradores.

Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade a empregados e administradores em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A Remuneração do pessoal chave da administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade.

**NOTA 12 – COMPONENTE DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes ativos:

Caixa e equivalentes de caixa	Inicial: 01/01/2017	Final: 31/12/2017	Varição
Caixa	19.218	104.861	85.643
Depósitos bancários	4.153.528	5.433.233	1.279.705
<b>Total</b>	<b>4.172.746</b>	<b>5.538.094</b>	<b>1.365.348</b>

\* valores em Reais



Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- i. Ter como finalidade atender compromissos de curto prazo;
- ii. Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa;
- iii. Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor;
- iv. Ter prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias na data da aquisição.

**NOTA 13 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO**

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN 3.444/07, compatível com os riscos de suas atividades. Segundo o que estipula o artigo 2º, da Resolução CMN 3.490/07, o valor do PR deve ser superior ao Patrimônio de Referência Exigível (PRE) – que é composto pela soma das parcelas de exposição aos diversos riscos a que a instituição está submetida na execução de suas atividades, apuradas conforme a legislação correspondente a cada risco.

Ressalta-se que, além do PRE, as instituições financeiras devem manter Patrimônio de Referência adicional suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação, na forma da Resolução CMN 3.464/07, segundo critérios mínimos estabelecidos pela Circular BACEN 3.365/07 (RBAN). Sendo assim, o limite do PR apurado já está deduzindo esta exigência.

Abaixo estão demonstrado os Limites Operacionais da Cooperativa:

Limites operacionais	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência (PR)	5.354.132	3.671.065
Patrimônio de referência exigido	4.494.645	3.166.670
Limite do PR (sobra ou insuficiência)	859.486	504.396
Índice de Basiléia (mínimo 18%)	18,46%	17,97%
Imobilizado para cálculo do limite	2.677.066	1.835.533
Índice de imobilização (limite 50%)	17,63%	20,43%

\* valores em Reais

\_\_\_\_\_  
DIRLEI FRANCISCO BERTOCCHI

Presidente

CPF: 796.589.549-87

\_\_\_\_\_  
FRANCIELI DIAS DA SILVA

Contadora

CRC PR 064.037/O-6 T/SC



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da  
**COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SULCREDI SÃO MIGUEL**  
**CNPJ – 08.253.539/0001-64**  
São Miguel do Oeste – SC

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SULCREDI SÃO MIGUEL**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SULCREDI SÃO MIGUEL** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **SULCREDI SÃO MIGUEL**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **SULCREDI SÃO MIGUEL** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

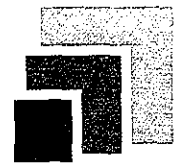
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar estes fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foram submetidas a nossa apreciação para fins de manifestação.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da **SULCREDI SÃO MIGUEL** é responsável pela elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **SULCREDI SÃO MIGUEL** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Chapecô, 02 de fevereiro de 2018.

LINEAR AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
CRCSC 4159/O-6

JOÃO CARLOS SUBACZ  
Contador CRCSC 18.585/O-2